



Comissão de Educação e Ciência

Relatório

VISITA AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MANOEL DE OLIVEIRA

GRUPO DE TRABALHO – ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Porto – 29.maio.2023

Objetivo das visitas

O Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens tem como mandato acompanhar e avaliar, nomeadamente, a concretização do Plano 21/23 Escola+, aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021](#), de 7 de julho, e elaborar um relatório a apresentar à Comissão.

Neste âmbito, fez a audição de várias entidades, recolheu contributos e realizou visitas a várias escolas, nomeadamente, ao Agrupamento de Escolas Garcia de Orta e ao Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira, no Porto, para reunir com elementos do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral e obter informações sobre o acompanhamento e avaliação que fazem do plano de recuperação das aprendizagens, bem como dos resultados e efeitos das medidas implementadas nos agrupamentos, nas várias áreas (os elementos respetivos estão acessíveis [aqui](#)).

Delegação de Deputados

Cláudia André (PSD, Coordenadora do GT), Agostinho Santa (PS), Carla Madureira (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL) e Manuel Loff (PCP).

Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira

O **Agrupamento**, homologado por Despacho de 2003 do Diretor Regional de Educação do Norte, é constituído por 4 escolas, localizadas em três freguesias, do lado ocidental da cidade, a saber:

- Escola Básica Manoel de Oliveira (2.º e 3.º Ciclo) – escola sede – União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde;
- Escola Básica Fonte da Moura (1.º Ciclo e Jardim-de-Infância) – União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde;

- Escola Básica da Vilarinha (1.º Ciclo e Jardim-de-Infância) – Freguesia de Ramalde;
- Escola Básica da Ponte (1.º Ciclo) – União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

O Agrupamento, que integra o Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), orienta-se pelos princípios da cooperação, da responsabilidade, do respeito, da perseverança, da inclusão e da solidariedade, e o seu objetivo principal continua a ser implicar, responsabilizar, ligar, afetiva e profissionalmente, toda a comunidade educativa, na formação de cidadãos intervenientes, ativos, autónomos, tolerantes, solidários, socialmente responsáveis e disponíveis para uma aprendizagem ao longo da vida, em paralelo com a assunção de um compromisso com o mundo global e o bem comum.

E tem como missão *Envolver* a comunidade, através da prestação de um serviço educativo e formativo de qualidade, cujo princípio norteador é uma escola inclusiva, de todos para todos. Uma escola aberta à comunidade de que todos os seus membros podem usufruir, nomeadamente para melhorar a sua formação ao longo da vida.

Do respetivo [projeto educativo 2022](#) resultam os seguintes dados:

Alunos

O número total de alunos do Agrupamento é de 718, sendo 90 no pré-escolar, 420 no 1.º ciclo e 208 no 2.º e 3.º ciclos.

Em termos de beneficiários da Ação Social Escolar (ASE), 188 alunos estão no escalão A, 70 no B e 258 no C.

Pessoal Docente

O corpo docente é constituído, no ano de 2021-2022, por setenta e cinco professores, constatando-se que a grande maioria (59) pertence ao Quadro do Agrupamento, sete ao Quadro de Zona Pedagógica, havendo nove docentes contratados. O número de docentes é variável, de ano para ano, de acordo com as necessidades.

Pessoal Não Docente

Na categoria de pessoal não docente, os assistentes operacionais estão representados em maior número (30). Além destes, o Agrupamento conta, ainda, com seis técnicos superiores: dois psicólogos, um terapeuta da fala, um técnico de intervenção local e dois assistentes sociais.

De referir que, no universo do pessoal não docente contratado, há a considerar os contratos a tempo parcial, que são atribuídos anualmente, de forma variável.

Do projeto educativo consta ainda o plano de ação, com ações de melhoria e sobre a promoção do sucesso escolar, parcerias e protocolos com 27 entidades e referências à avaliação do projeto.

Nos artigos 5.º, 6.º, 19.º e 20.º do [Regulamento Interno do Agrupamento](#) consta a definição e composição do Conselho Geral (não está disponível a identificação dos elementos do Conselho) e do Conselho Pedagógico.

Estão disponíveis o [relatório](#) de 3/11/2022 que expressa os resultados da avaliação externa ao Agrupamento realizada pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência (constando no ponto 5 os juízos avaliativos) e o [plano de ação para o desenvolvimento digital da escola](#).

Reunião com elementos do Conselho Pedagógico

Na reunião com o Conselho Pedagógico estiveram presentes o Diretor do Agrupamento, Professor Nuno Alexandre Ferreira Cabral de Carvalho e membros do Conselho que coordenam os vários departamentos.

A Deputada Cláudia André, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens, fez o enquadramento do mesmo e pediu

depois informações sobre a aplicação do Plano no Agrupamento, nomeadamente, os constrangimentos e os pontos fortes e fracos.

O Diretor do Agrupamento e os Coordenadores dos vários departamentos referiram o seguinte, em resumo:

1. Fizeram o enquadramento do Agrupamento, mencionando que inclui 3 EB1, estando cada uma localizada numa freguesia diferente, têm cerca de 200 alunos na escola sede e na reorganização escolar ficou isolado e muito conotado com o bairro;
2. O Agrupamento tem 3 polos de bibliotecas, integrados na rede de bibliotecas escolares e no âmbito do projeto Escola a Ler, com uma dotação de 1.400€, ajudaram a adquirir livros e desenvolvem leitura orientada, «livro à mão» (desenvolvido no 5.º e 6.º ano, na sala de aula), projeto pessoal de leitura (em que o aluno escolhe e lê um livro e depois apresenta-o à turma);
3. Têm um *blog* (que vão substituir por uma página), *Facebook* e *Instagram*, que permitem que as notícias cheguem a todos;
4. Desenvolvem vários projetos, designadamente, o Funcionar com mestria, com mais incidência no 1.º ano, com interdisciplinaridade, muito centrado no Português e Matemática, com muita incidência no cálculo;
5. Preenchem uma grelha com o registo das dificuldades e fazem a monitorização mensal do aluno, com todos os professores envolvidos e com transmissão de informação aos encarregados de educação;
6. A área artística foi das mais penalizadas na pandemia, dada a diminuição de mobilidade dos alunos;
7. A política de utilização de telemóvel é deixá-lo num armário na sala de aula, entendendo que o mesmo gera indisciplina dos alunos;
8. Realçaram que ainda há alunos sem computador e pronunciaram-se sobre o recurso às novas tecnologias, nomeadamente as competências digitais e as provas de aferição;
9. Realçaram que há ações do Plano de Recuperação que já existiam e que agora é que se estão a perceber as reais dificuldades dos alunos, nomeadamente, a nível da Matemática, História e Geografia;

10. Enfatizaram que há alunos do 3.º ciclo com dificuldades de autonomia, que precisam do professor para tudo, até para escolherem um livro para lerem e começarem a escrever um texto;
11. Fizeram ainda referência ao projeto de apresentação individual de leitura, do 7.º ao 9.º ano, em que o aluno faz uma apresentação por escrito (com utilização de uma ferramenta informática para criação de *slides* e partilha dos mesmos) e só posteriormente faz a apresentação oral.

Intervieram depois os Deputados Agostinho Santa (PS), Carla Madureira (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL) e Manuel Loff (PCP) que colocaram várias questões sobre a auscultação da escola para efeitos de elaboração do Plano de Recuperação das Aprendizagens, medidas de aplicação do mesmo, apoios recebidos, eventual reforço de recursos humanos (até por serem uma escola TEIP) monitorização e avaliação que está a ser feita, projetos a manter depois do Plano, auscultação dos alunos e suas dificuldades, quais os resultados do Plano, necessidade de prorrogação deste, apoio a nível de psicólogos, medidas no âmbito da digitalização, avaliação global das medidas adotadas.

Na sequência das questões colocadas, o Diretor do Agrupamento e os Coordenadores dos departamentos, referiram o seguinte, em síntese:

1. Os Agrupamentos de Escolas foram ouvidos no âmbito da elaboração do Plano de Recuperação, mas algumas das suas propostas não estão refletidas no mesmo, não tendo havido afetação ou reforço de recursos humanos específicos;
2. Cada vez há mais alunos com necessidades educativas específicas e os apoios são insuficientes, sendo atribuídas 9h de apoio por Agrupamento;
3. Têm um psicólogo a tempo inteiro e outro a meio tempo e uma percentagem muito grande de alunos com ação social;
4. Pertencem a uma rede de Clubes de Ciência Viva e criaram uma banda musical, dinamizada pelo professor de música, em que os pais podem participar;
5. A população pode vir à escola e levar livros emprestados;
6. Os clubes de robótica têm computadores obsoletos e outro material atualizado, mas precisavam de mais apoio, têm alunos do 5.º ao 9.º ano, desenvolvem lógica matemática e programação;

7. Fazem orientação profissional desde o 7.º ano;
8. Entendem que as provas de aferição digitais vão gerar problemas;
9. Questionam a obrigação de entrega das receitas não utilizadas e a sua devolução em duodécimos;
10. A retenção dos telemóveis utilizados indevidamente pelos alunos e a comunicação aos encarregados de educação gera a imediata vinda destes à escola, às vezes podendo pôr em causa a segurança dos elementos desta.



Reunião com elementos do Conselho Geral

Na reunião com o Conselho Geral estiveram presentes a Presidente (docente), outros docentes, representantes do pessoal não docente, das autarquias (Câmara do Porto e Juntas de Freguesia), das associações de pais, de entidades da comunidade local e a subdiretora do Agrupamento.

A Deputada Cláudia André, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens, fez o enquadramento do mesmo e pediu, em resumo, informações sobre os benefícios da aplicação do Plano no Agrupamento.

.

Os elementos presentes referiram o seguinte, em resumo:

1. Os representantes dos encarregados de educação fizeram referência ao reforço do apoio aos alunos, a nível de mais horas, defenderam a necessidade de mais apoio a nível do reforço do apoio social e das competências socio-emocionais, de mais assistentes operacionais e da sua formação e indicaram que o material digital do Agrupamento é antigo. Enfatizaram também a importância da mediação de conflitos, a falta de recursos, bem como o apoio do município e da Universidade Lusófona;
2. Durante a pandemia, os alunos acompanhavam as aulas maioritariamente pelo telemóvel e estavam sempre com os encarregados de educação;
3. Há alunos do 1.º ciclo que já estão em linha com as aprendizagens e outros atrasados;
4. A representante da Associação de Ludotecas do Porto referiu que são uma Instituição Particular de Solidariedade Social com foco na música, atividades lúdicas e educação não formal e manifestou que o peso dos currículos e avaliações impede outras abordagens;
5. Os representantes das Juntas de Freguesia referiram que o Agrupamento é heterogéneo, no âmbito de 3 freguesias, registando-se dificuldades de articulação, tendo salientado que as escolas da Ponte e Vilarinha têm alguns tratamentos diferenciados;
6. A Presidente do Conselho referiu que a colocação dos professores é feita tendo em conta o número de alunos com necessidades educativas especiais, realçou depois o facto de vários alunos ucranianos terem hábitos de leitura de livros, o que tem vindo a incentivar outros a lerem, tendo sido instituído que a responsabilidade pela leitura dum livro é do grupo e não individual e mencionou que se verifica uma barreira para os alunos se empenharem em coisas diferentes, designadamente, sobre o mar e cinema, elementos com que têm pouco contacto, tendo indicado que muitas famílias têm membros presos e sem emprego;

7. Defendeu ainda a necessidade de se trabalhar ao nível dos alunos como seres humanos, antes da digitalização, constatou o aumento anual dos alunos com necessidades educativas especiais, referiu que o Plano de Recuperação permitiu dar mais créditos horários às escolas, que é difícil contratar professores a nível das tecnologias e há *deficit* em termos de apoio de psicólogos, estando o Agrupamento dotado com um a tempo inteiro e outro a meio tempo.

Intervieram depois os Deputados Manuel Loff (PCP), Agostinho Santa (PS), Carla Madureira (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Carla Castro (IL) que colocaram várias questões sobre o pessoal que é necessário, as prioridades para os encarregados de educação, as medidas implementadas no âmbito do Plano de Recuperação e a respetiva avaliação, o desenvolvimento do programa no âmbito da EPIS – Empresários para a Inclusão Social e o envolvimento das famílias.

Na sequência das questões colocadas, os membros do Conselho Geral, referiram o seguinte, em síntese:

1. Os representantes dos encarregados de educação defenderam a necessidade de envolver os pais na escola, manifestaram que fomentar saídas de campo traz novas competências e há necessidade de mais apoios;
2. Indicaram que a associação de pais tem promovido o debate com especialistas sobre vários temas e indicaram que são atribuídas 9h para terapias em todo o Agrupamento;
3. Mencionaram a existência de vários alunos ucranianos nas escolas do 1.º ciclo e alguns no 2.º, havendo necessidade de apoio a nível de inglês e defenderam o plano de recuperação adaptado por escola;
4. A Presidente do Conselho indicou que há uma limitação do programa curricular e em contrapartida fazem a sala de aula no jardim, com troncos, espaços de leitura, pintura, etc.



O registo da visita, incluindo as fotografias, está disponível na [página do Grupo de Trabalho](#).

29 de maio de 2023

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes